

CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO PROCESSO DA INDEPENDÊNCIA

MARIA DO SOCORRO FERRAZ
Universidade Federal de Pernambuco

O Nascimento da colonização portuguesa na América foi o resultado da expansão comercial que ocorreu na Europa no século XVI. A partir daí o Brasil será um apêndice do desenvolvimento capitalista mundial. Colônia produtora, inicialmente de pau-brasil, mais tarde açúcar, algodão, tabaco, metais preciosos e café, se ligou à revolução burguesa mundial através de uma economia baseada na exportação de alimentos e importação de produtos, cujo pagamento era realizado em ouro. Sua aparição (a do ouro) coincide com o desenvolvimento das manufaturas inglesas¹.

Completada a revolução burguesa mundial no século XIX, se alinham para a conquista dos mercados, França, EE.UU. e Grã-Bretanha. Os efeitos dessa revolução, no Brasil, permitem a quebra do pacto colonial, a liberdade de comércio e conseqüentemente sua autonomia política.

O Bloqueio Continental tornou urgente a Transfêrência da Corte Portuguesa para o Brasil, acentuando a emergência de contradições de ordem política, econômica e social, existentes na Colônia e reprimidas pela Metrópole. A nova ordem precipitou um processo antigo: a autonomia política. Nesse quadro desempenharam papel de relevância a classe dos proprietários e os interesses comerciais ingleses.

É comum se explicar a Independência do Brasil usando o modelo de interpretação das colônias norte-americanas, em que a oposição ao monopólio aparece como sendo a causa desencadeadora do processo de emancipação. PIERRE CHAUNU critica este esquema, considerando-o demasiado simples para a complexidade das sociedades luso-hispano americanas. Se-

gundo o autor "se a Independência da América espanhola e portuguesa houvesse sido uma resposta aos abusos do monopólio se haveria produzido em 1580 quando est. existia e se exercia em benefício exclusivo de espanhóis e europeus"².

Mesmo se contra argumentamos que no Brasil do século XVI, ainda não havia se constituído uma classe dominante eminentemente brasileira com uma consciência em si, está aparecerá nos séculos XVII e XVIII em manifestações de descontentamento, talvez ainda não suficientemente fortes para uma rutura³ definitiva.

No século XVII o monopólio comercial português à medida que competia com grupos estrangeiros monopolistas mais poderosos, aprimorava seus métodos na obtenção de matéria-prima a preços acessíveis e na proibição do uso de certos produtos coloniais em detrimento dos da metrópole⁴. É nele que encontramos as origens da guerra dos Mascates (1710) da Conspiração dos Suassunas (1810), da Revolta de Beckman (1684-85), entre outros. Essas manifestações de descontentamento com a metrópole foram ao encontro das ambições de potências, em trânsito do capital mercantil europeu para a revolução industrial, e que no momento tornavam inúteis, como intermediárias, as monarquias ibéricas e o aparelho comercial que as mantinham. O caminho natural para uma maior participação no mercado brasileiro foram os tratados realizados entre Inglaterra e Portugal⁵.

Na verdade o Pacto Colonial desde há muito era desrespeitado. Os proprietários desejavam alijar o intermediário português que onerava as trocas e monopolizava a parte comercial, além de ocupar na pirâmide social o lugar preponderante.

É fundamental que na análise do processo de Independência do Brasil se tenha em conta não somente possíveis paralelismos latino-americanos mas se tente responder em que medida os estratos sociais da colônia participaram do processo, quais os seus desejos e aspirações e para onde convergiam seus interesses. O processo ainda deveria absorver alguns problemas como, uma possível fragmentação interna, a política de astúcia e cautela da Grã-Bretanha e a séria questão da mão-de-obra escrava, que poderia se agravar caso o

fornecimento de Angola fosse cortado⁶.

Se compararmos as independências da América Latina, verificamos que na América Espanhola a descolonização (em superfície) é obra dos criolos os quais, na época representavam 20% da população. O restante, os 80% da massa não crioula vai diretamente ou indiretamente reforçar a solidariedade imperial por ser a Independência "assunto de criolos". Além do que, a luta contra o monopólio não é tanto da América versus Espanha, senão uma luta entre diferentes grupos comerciais hispano-americanos e as guerras de independência são no dizer de CHAUNU "guerra entre Américas e espanholas e Espanhas européias, são guerras civis do Atlântico espanhol, comandadas pelos acontecimentos espanhóis".

No caso brasileiro não podemos aplicar este modelo. A empresa agro-exportadora era bem delineada em suas atividades. A produção era realizada pelos proprietários, brasileiros ou residentes no Brasil integrada na economia européia pela intermediação do negociante português que compra, revende, financia e fornece escravo e outras utilidades produtoras. O comerciante sediado no Brasil será o representante do sistema metropolitano, no setor dinâmico das exportações e do transporte de mercadorias⁷.

Não há grupos luso-brasileiros que lutam entre si por alguma hegemonia. Também não vamos encontrar massas de mestiços, índios ou negros se aproveitando da guerra da Independência para um confronto com a minoria branca. Já são conhecidos alguns enfrentamentos diretos dos homens de cor, durante a colônia, império ou mesmo durante a república, mas estes nada têm a ver com o processo de Independência.

Para a minoria branca os interesses estão definidos: afastar o elemento português visto como intermediário e comerciar livremente, o que significava, na época, diretamente com a Inglaterra. Internamente a Independência reforça as estruturas de dominação dos brancos e ao afastar elementos portugueses da administração diminui tensões entre brasileiros e reinóis. É possível que a posição dos reinóis na administração fosse uma compensação de suas ausências ao nível da propriedade do açúcar, das minas, cacau,

enfim de sua ínfima posição ao aparelho econômico. Segundo KONETZKE⁸, estas tensões têm origem no complexo étnico-racial da sociedade americana. Como ela está dividida entre os que têm posses e os que não têm, entre vencidos e vencedores e a camada branca no topo da pirâmide social o racismo aparecerá contra os que não são brancos. Esta escala étnica de valores foi restabelecida pela sociedade brasileira, para fazer frente às populações de cor dominadas. Após a Independência, afastado o elemento europeu branco do alto da escala social, os brasileiros ocupariam este espaço, donos que eram dos valores brancos aproximativos.

Durante a campanha pela Independência aparecem algumas formações militares e para-militares de homens de cor a favor⁹ e contra¹⁰ brasileiros, como também milícias são organizadas e pagas pelos senhores de engenho¹¹, o que nos leva a afirmar que o interesse maior dos negros era de fato sua libertação, com portugueses ou brasileiros comandando a nação. Quanto aos índios a sua participação é bem menor haja visto a dispersão das nações indígenas, enfraquecidas pela presença do branco e de lutas intestinas.

A estrutura da sociedade brasileira assegura o conservadorismo da minoria branca, possibilitando o surgimento de uma monarquia e o manutenção da escravidão.

Até o século XIX, a população brasileira foi formada de colonos brancos, em sua maioria portugueses, africanos trazidos pelo tráfico, e indígenas que se incorporaram à sociedade. Na opinião de CAIO PRADO JR.¹², o povoamento nunca obedeceu a uma política sistemática, mas, antes e depois da Independência foi condicionado por um fator: a grande lavoura. No auge da produção açucareira, durante o período colonial ela se concentrará mais no Nordeste, mas, com a decadência desta cultura, contingentes populacionais se transferem para as regiões de minas, do café e da borraça. Uma das características dessa população é ser móvel e dispersiva, porque a sua fixação depende do ritmo da economia.

Os dados sob a população durante a primeira metade do século XIX, são insuficientes para um estudo mais detalhado da demografia brasileira nesse período. BURNS¹³

apresenta um quadro da população brasileira entre 1798 e 1818, ALEXANDRE HUMBOLDT¹⁴ em 1823 e o Anuário Estatístico, de 1939-40, estima a população brasileira para o ano de 1808 em quatro milhões e em 1850 em sete milhões.

Esta população que compõe a sociedade brasileira pré-capitalista no início do século XIX, está dividida em classes. Endossamos a classificação de RAYMUNDO FAORO, na qual "o processo de decantação tipológica indicará as classes que ocupam o tabuleiro social num plano teórico: a classe proprietária, a classe lucrativa e a classe média. A classe proprietária se define pelas diferenças de bens, que determinam a situação dos membros. O setor positivamente privilegiado se compõe de senhores de rendas... No pólo contrário, gemem os objetos da propriedade (escravos), declasés, devedores, pobres. A classe lucrativa (especulativa) encontra seu caráter nas probabilidades de valorização de bens e serviços no mercado — comerciantes, armadores industriais, empresários agrícolas, banqueiros e financistas e, mediante certas circunstâncias, profissionais liberais de grande e qualificada clientela... Os trabalhadores, qualificados, semiquilificados e braçais se agrupam no extremo negativamente privilegiado. A chamada classe média recolhe as camadas intermediárias dos grupos de proprietários e especuladores e mais setores de expressão própria: a pequena burguesia antiga e a nova classe média dos empregados com status quase autônomo"¹⁵.

Na classificação feita por FAORO se denota a ausência dos trabalhadores servis ou livres como uma categoria social dentro do quadro da sociedade; eles aparecem, os escravos, como "pólo contrário aos proprietários", eles têm espaço na medida que afirmam a existênciadados proprietários, como também os trabalhadores livres não encontram uma classificação própria e por isso mesmo são agrupados no "extremo negativamente privilegiado".

Numa sociedade pré-capitalista como a do Brasil, na primeira metade do século XIX, não serão algumas modernizações que ocorrerão na economia e na política, como veremos depois, que modificarão o quadro conservador. Somente a imigração alterará esse quadro, mas até antes de 1870 o trabalho escravo eliminou praticamente o trabalho livre¹⁶.

Nos primeiros anos após a Independência, a mão-de-obra escrava se concentrava no Nordeste e Centro Sul e cinquenta anos depois se processava o inverso, sem que o Nordeste substituísse essa população¹⁷.

Simultaneamente ao movimento de Independência ocorreu uma pequena redistribuição no comércio existente, através de novos hábitos de consumo e subitamente um influxo de boas manufaturas estrangeiras. Não trouxe, entretanto, mudanças radicais à economia e à sociedade brasileira. Observa PLATT que o ponto de deslocamento das relações econômicas entre a América Latina e o mundo não foi em 1810 e nem nas três décadas subseqüentes. Estes são anos de modesta expansão, não de trocas radicais¹⁸. É um período dominado pela lavoura tradicional, resistente à introdução de novas relações de produção.

O tratado de Navegação e Comércio de 1810, assinado entre Portugal e Inglaterra¹⁹ entregava o mercado brasileiro aos comerciantes ingleses. A partir daí se verificará abundância de mercadorias importadas da Inglaterra, o abaixamento nos preços, facilidades de crédito, privilégios que atendiam à classe dominante²⁰. Mas por outro lado, o mesmo Tratado no seu artigo XX não recomendava a introdução na Inglaterra do açúcar e do café brasileiros, a não ser para reexportação, sujeitos portanto, a encargos e armazenamento, dique, medições e peso, tanto na chegada, como na saída²¹, medida protetora às colônias açucareiras dos domínios britânicos que já apresentavam super-produção. Se por um lado a liberdade de comércio atendia aos interesses dos proprietários, por outro gerava conflitos: o liberalismo tarifário, patrocinado internamente pelo Visconde de Cairu e externamente pelos ingleses, não permitia a elevação das tarifas alfandegárias, fonte de renda que o Estado brasileiro, nessa fase não podia desprezar.

Vindo de uma organização administrativa colonial, o País necessitava organizar um aparelho de estado necessário à toda nação autônoma. O Estado solucionava sua

receita por taxa \tilde{c} o indireta, na maior parte por meio de di-
reitos de importa \tilde{c} o, dessa maneira a alf \tilde{a} ndega tornou-se
o centro do sistema fiscal. Expandir a arrecada \tilde{c} o atrav \tilde{e} s
do aumento de tarifas nas importa \tilde{c} o \tilde{e} s e exporta \tilde{c} o \tilde{e} s, esbar-
rava com os acordos feitos com a Inglaterra²² e at \tilde{e} certo
ponto com os interesses dos propriet \tilde{a} rios, que importavam
g \tilde{e} neros de primeira necessidade e implementos agr \tilde{c} olas.

À euforia econ \tilde{o} mica do in \tilde{c} io da abertura dos
portos, segue-se uma retra \tilde{c} o econ \tilde{o} mico-financeira. O pr \tilde{o} -
prio com \tilde{e} rcio de exporta \tilde{c} o viu os seus mercados reduzidos
devido "a baixa nos pre \tilde{c} os das exporta \tilde{c} o \tilde{e} s brasileiras en-
tre 1821/30 e 1841/50 de cerca de 40%"²³. Export \tilde{a} vamos pro-
dutos em estado bruto ou semi-transformados e import \tilde{a} vamos
para consumir uma vez que todos os recursos estavam concen-
trados na produ \tilde{c} o praticamente de oito produtos (caf \tilde{e} , a \tilde{c} -
ucar, algod \tilde{a} o, cacau, borracha, fumo, erva-mate, couros e pe-
les). Import \tilde{a} vamos 51% do valor total em vestu \tilde{a} rio e 21%
em alimentos²⁴.

Nesse per \tilde{i} odo, praticamente, n \tilde{a} o h \tilde{a} investimen-
tos estrangeiros diretos no Brasil. A exporta \tilde{c} o de capi-
tais era uma coisa recente e o Brasil n \tilde{a} o oferecia condi-
 \tilde{c} o \tilde{e} s de rentabilidade para sua aplica \tilde{c} o. Atrav \tilde{e} s do com \tilde{e} rcio
se realizavam as opera \tilde{c} o \tilde{e} s de transfer \tilde{e} ncia de renda pa-
ra o exterior. A pol \tilde{i} tica financeira-econ \tilde{o} mica da \tilde{e} poca pro-
duziu uma constante alta nos pre \tilde{c} os dos g \tilde{e} neros, como resul-
tado dos constantes aumentos fiscais alfandeg \tilde{a} rios²⁵, atin-
gindo a popula \tilde{c} o urbana, recaindo sobre ela o maior \tilde{o} nus
da tributa \tilde{c} o; al \tilde{e} m disso, o pa \tilde{i} s estava praticamente divi-
dido em tr \tilde{e} s \tilde{a} reas: a das cidades litor \tilde{a} neas, onde se con-
centrava o dinheiro e a \tilde{i} se realizavam as transa \tilde{c} o \tilde{e} s comer-
ciais mais importantes; a \tilde{a} rea agr \tilde{c} ola e pecu \tilde{a} ria do inte-
rior em que a economia natural predominava, apresentando
fracas exig \tilde{e} ncias monet \tilde{a} rias e a zona mineradora onde os
bens econ \tilde{o} micos eram cotados em ouro e pagos com o produto
da pr \tilde{o} pria regi \tilde{a} o. Estas \tilde{a} reas isoladas entre si sem que um
sistema de estradas as interligasse de forma mais efetiva
contribu \tilde{i} am para a desordem financeira e dificultava o de-
senvolvimento interno do pa \tilde{i} s, como um todo.

Sem capitais, estaria o Brasil destinado a viver
financeiramente de empr \tilde{e} stimos²⁶, que se destinavam em par-

te a sustentar a capacidade de importação, como também eram os meios materiais, traduzidos em forças militares que ajudavam a combater as resistências ao governo central.

Quase a totalidade dos empréstimos realizados no Primeiro Reinado foi aplicado em pagamento da dívida do governo ao Banco do Brasil, suprimento do déficit orçamentário, pagamento de juros e amortização no estrangeiro.

Os empréstimos externos provocaram grandes discussões no parlamento entre aqueles que repudiavam e os que acolhiam como a panacéia para os nossos males. Será interessante cotejar as opiniões antagônicas de dois ministros da fazenda, nesse período.

Como é sabido, Martin Francisco, nosso primeiro ministro da fazenda combateu os empréstimos externos e para a realização do primeiro, foi necessário a dissolução da câmara. Em carta a Drumond, escrita em Bordéus, datada de 12 de setembro de 1824²⁷, fala das razões de sua posição:

"Estou e sempre estive convencido que a teoria dos empréstimos era um abismo, em que mais cedo ou mais tarde deviam ser precipitadas as nações; que os governos nunca os adotaram senão para oprimirem mais facilmente os povos; que um empréstimo contratado por qualquer Estado é um sintoma de prodigalidade de seu governo ou a morte deste espírito de ordem e de economia, primeiras bases de toda a administração financeira; que os empréstimos concorrem a excitar a sôrdida cobiça dos cidadãos e a amortecer em seus corações o sentimento desinteressado do amor da pátria; que as chamadas despesas extraordinárias são pérolas douradas, engolidas por povos boçais, porque de comum nenhum há que não tenha sido previsto com antecipação pelos olhos perspicazes da política e que se não possa remediar sem o cancro dos empréstimos; que, finalmente os povos quando querem ser livres, têm mui

tos recursos em si próprios; os gregos abandonados de toda a cristandade, têm resistido às forças da porta e não é o empréstimo presente que os há de salvar; os espanhóis que não estavam maduros, cairam, e o empréstimo não os salvou; o Brasil resistiu a Portugal e prosperou sem empréstimo, e jaz hoje no estado mais calamitoso com ele".

Em contraposição Manuel Jacinto Nogueira Gama, em 1823, num relatório das atividades da pasta da fazenda, fazia propaganda da prática de empréstimos:

"Não temos contrair empenhos quando se trata de salvar a nação brasileiras e firmar sua independência".

E ao defender a proposta da Read Irving junto ao Ministério, argumentou dizendo:

*"Longe de nós o susto de contrairmos empenhos sobre o que já nos oprime; salvemos a nossa independência, levantamos sobre esta cala grande este nascente império; a posteridade nos abençoará colhendo os frutos de nossos cuidados e sacrifícios. ... não sucumbamos por miséria e pobreza, no país do ouro e diamantes, no terreno que produz com incrível abundância os mais preciosos gêneros de comércio. Aproveitemos os recursos que se nos oferecem sem serem solicitados, recursos que aparecem como prodígio, em uma tão crítica situação, recursos que sem dúvida decidirão da nossa felicidade, e farão desmudar nossos inimigos"*²⁸.

Qual das duas análises refletia a situação do país e suas possibilidades?

Hoje sabemos que a prática de aceitar ou conseguir empréstimos para pagar anteriores e ajustar orçamentos

não levou a posteridade a abençoar quem os defendeu. Eles foram no dizer de SOUZA REIS "um mal econômico. O pretexto foi a consolidação da Independência, mas a invocação da causa santa não passou de um sacrilégio"²⁹. Contudo, como a história social é mais que um conjunto de princípios, ela é um conjunto de fatos, devemos retomar as colocações feitas em páginas anteriores, ou tomá-las como pano de fundo para tentar responder com base em alguns fatos a questão acima.

Há muitos interesses em jogo durante o período da Independência. A análise deve ser feita em níveis interno e externo.

Internamente os proprietários foram os responsáveis diretos pela Independência. Foram elas quase em sua totalidade defensores do constitucionalismo. O apoio dado a D. Pedro foi fundamental para o êxito do movimento. A sua força, entretanto, estava nos limites do Império português; como força econômica foi capaz de se opor aos interesses da burguesia portuguesa, cujo conservadorismo se expressava em permanentes alianças com a nobreza, contra a pequena burguesia e os trabalhadores. Como força política a elite brasileira não tinha clarividência sobre os seus objetivos e parte dela reconheceu como progressista a caricata revolução liberal de 1820 — A Revolução do Porto.

Como os constitucionalistas representassem os proprietários o mais importante para estes era a defesa da continuação de sua produção, portanto o mantenimento do status quo. As terras baratas, não havia taxaço sobre as mesmas que prejudicasse a extensão da lavoura e a mão-de-obra escrava não deveria sofrer solução de continuidade — a escravidão como suporte dessa economia deveria ser defendida ao longo de praticamente mais um século.

Uma das características de nossa história econômica é a seqüência de flutuações que originava o aparecimento e o desaparecimento de sistemas econômicos inteiros (os conhecidos e discutidos ciclos) das quais toda a economia da nação dependia. Mas, o sustentáculo, desses sistemas será praticamente imutável, durante quatro séculos. E era na defesa deste eixo que os proprietários não transigi

ram, mesmo porque não poderiam ser responsáveis pela sua própria ruína.

Para eles o fundamental era o fornecimento da mão-de-obra; não estavam familiarizados com política e o seu apoio a um ou outro projeto dependia das informações que recebessem dos políticos, seus representantes. Na discussão sobre os empréstimos externos, os dois ministros da fazenda, possivelmente representavam não os interesses dos proprietários diretamente, mas, um defendia o interesse da nação brasileira e o outro dos ingleses. Martin Francisco participava de uma pequena elite que queria construir uma nação — inclusive fazendo com que o país abandonasse antigas práticas da política colonial e enfrentasse uma economia de nação soberana. Isto refletia a situação do país e suas possibilidades? O que pensavam os ingleses da nossa independência?

Mais que afastar o intermediário português e ganhar esse mercado na América, (não que Portugal lhes fosse infiel e nem poderia sê-lo) o mais importante para a Inglaterra seria coibir o tráfico negreiro. A Inglaterra contava com um grande trunfo: o reconhecimento da nova nação em troca da abolição do tráfico.

Os capitais ingleses envolvidos na produção de cana-de-açúcar, pressionavam o governo inglês, no sentido de que, o açúcar brasileiro, dadas as condições em que era produzido³⁰, poderia ser colocado no mercado europeu por um preço competidor e obter melhores lucros que a produção inglesa. As pressões eram antigas. Desde o Tratado de 1810, que a Inglaterra conseguiu incluir uma cláusula aceita por D. João VI, proibindo o tráfico de qualquer parte da África não portuguesa, além do que, o mesmo (D. João VI) se comprometia a cooperar com a abolição gradual do tráfico no mundo.

A elite brasileira que dirigia o país, tinha a percepção do problema em toda sua extensão. José Bonifácio, que representa a posição da abolição gradual, evitou assumir compromissos definitivos com Lord Amherst de passagem pelo Rio de Janeiro, temendo mudanças radicais nas instituições. Nas ordens secretas mandadas aos plenipotenciários em Londres aconselha que, obtivessem o reconhecimento da Inde-

pendência sem condicionamentos à abolição do tráfico³¹.

É possível que a Inglaterra, não estivesse num momento favorável a dar todas as cartas; Alan Manchester em Preeminência Inglesa no Brasil³², lembra que a aliança continental poderia ressurgir contra ela, através de Portugal, que a questão da sucessão da coroa portuguesa também lhe incomodava³³ e por último o Tratado comercial de 1810, deveria ser revisto em 1825 e até lá a questão do reconhecimento deveria estar concluída. Segundo Manchester, para os mercadores ingleses o principal favor nesse comércio an glo-português era o Brasil.

Esses mercadores ingleses submetem o comerciante português, residente no Brasil, os quais são a ligação entre os proprietários brasileiros e esse capital. Com o tráfico de escravos, eles obtêm lucros, mas, é com os mercadores ingleses que a maior parte de suas operações financeiras se realizam. Pressionados de um lado pelos proprietários e do outro pelos comerciantes ingleses, não é de admirar, que se tornem defensores do absolutismo, depositando na figura de Pedro I, o aval, a segurança a sua sobrevivência.

Para este grupo os recursos que eram oferecidos sem serem solicitados eram de fato prodígio, como também para o Imperador que não via com bons olhos, um crescente partido brasileiro se fortalecer.

Do lado da Inglaterra, além de ser um lucrativo investimento, que através dos juros gerava capital, era sobretudo uma forma de dominação de uma nação sobre outra, no sentido de enfraquecê-la e conseguir a cessação do tráfico.

É na relação entre a mão-de-obra e o dono dos meios de produção que vamos encontrar as explicações da evolução da sociedade brasileira, principalmente nessa fase de predominância da economia exportadora. Entretanto a contradição secundária, que é a existente entre a sociedade aqui constituída e o modo de produção capitalista, assume por vezes a dominância conjuntural, dominância esta cujos limites serão determinados em última instância pelo próprio desenvolvimento da contradição principal.

Mais do que a república se temia a abolição. A fração republicana ao conciliar com a monarquia constitucional e a escravidão não transigiu quanto ao ponto fundamental que era o da autonomia política. A fórmula conciliatória permitiu a unidade nacional.

1. "A Inglaterra encontrou na economia luso-brasileira um mercado em rápida expansão e praticamente unilateral. Suas exportações eram saldadas em ouro, o que dava à economia inglesa uma excepcional flexibilidade para operar no mercado europeu". FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, Ed. Nacional, p. 90.
2. CHAUNU, Pierre. Interpretación de la Independência de America Latina. Ed. Nueva Visio Buenos Aires, p. 19.
3. Estes descontentamentos são pressentidos nos movimentos de caráter nativista como Xumberga, 1654, a revolta de Beckman, em 1684, Guerra dos Emboabas, 1707, Mascates, 1710, a revolta de Felipe dos Santos, em 1720, Suassunas, 1810 e outros.
4. Na carta de Pedro II de Portugal de 28.2.1690 ao Governador da Capitania de Pernambuco, lê-se a proibição sobre o fabrico de sal, "... Por Zaquieu Grumete ter arrematado o contrato do sal que vai deste Reino para o Estado do Brasil com condição de que em nenhuma das partes de le se pode fabricar sal nem usar de outro algum fora do me pareceu ordenar... não consintais nesta capitania nem mais da de vossa jurisdição haja consumo algum de sal que não for deste Reino para provimento deste estando debaixo das penas da Condição Quatorze"... 28/2/1690 - Rei - Doc. microfilmado do original existente no Museu Britânico, env.1 doc.9, pertencente ao acervo do CFCH/UFPE.
5. A Inglaterra garantiu o domínio do comércio português através de tratados que assinou com Portugal. Os tratados de 1642, 1654 e 1661 já eram a confirmação de uma relação de dominação desde 500 anos antes. Os dois países assinariam mais dois tratados, que trouxeram importantes conseqüências para o Brasil. O Tratado de Comércio e Amizade de thuen em 1703 e o de Comércio e Navegação em 1810.
6. ALBUQUERQUE, Manoel Maurício. Pequena História da Formação Social Brasileira, Ed. Graal, RJ, p. 316.

"De 1759 a 1803, os registros coloniais mostram que entre quatorze e quinze mil negros deixaram anualmente Angola". MANCHESTER, Alan K. in Preeminência Inglesa no Brasil. Edit. Brasiliense, 1973, p. 147.

7. FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro, vol. 1, p. 210.
8. KONETZKE, Richard. Sud-und Mittleamerika II. Kapital 8. Foimen der Europaisierung, p. 154. Fischer Weltgeschich te Band, 28, Frankfurt.
9. Labatut organizou "um batalhão de escravos, até africanos", chamando a este batalhão de "Libertos da Pátria" - In Brasil Monárquico, Tomo II, vol. 29 - Dispersão e Unidade - Dir. Europeia do Livro SP - 1972, p. 265 sob direção de Sérgio Buarque de Holanda.
10. "Um troço de duzentos africanos lançados pelos lusos sobre as linhas brasileiras, é batido em Saboeiro(dia 19) ... e outros duzentos negros da África a 19 são destracados pela cavalaria". Idem, p. 261.
11. Idem, p. 260.
12. Ver o Capítulo "Povoamento" em Formação do Brasil Contemporâneo, Ed. Brasiliense, SP.
13. População brasileira entre 1798 a 1818

Branços	1.000.000	1.040.000
Índios	250.000	250.000
Mulatos livres	225.000	585.000
Escravos	1.500.000	1.930.000
TOTAL	2.975.000	3.805.000
- BURNS. A History of Brazil, p. 187. Fonte: Inst. Hist. e Geogr. e Etnogr. do Brasil. RJ. Imprensa Nacional, 1922, 1.295/296.
14. Alexandre Humboldt atribui ao Brasil em 1823:

Branços	920.000
Índios	260.000
Negros	1.960.000
Mulatos	800.000
TOTAL	3.940.000

Citado por CHAUNU, Pierre. Op. cit., p. 37.

15. FAORO, Raymundo. Op. cit., vol, 1, p. 204.
16. FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. - Difusão Européia do Livro, SP, 1972. p. 11.
17. EISENBERG, Peter. Modernização sem mudança, Paz e Terra, UNICAMP, 1977, p. 36.
 "Em 1826 Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro retinham 386 mil escravos e Bahia, Maranhão e Pernambuco 484 mil; em 1876 estas províncias apresentavam uma cifra menor 346.237 mil escravos e aquelas 800 mil".
- HOLANDA, Sérgio Buarque. O Brasil Monárquico, Livro Tomo 3, p. 156, Dif. Européia do Livro, 1972.
18. PLATT, DCM. Latin America and British Trade-1806/1914, cap. I.
19. "Contudo apesar desses obstáculos, foi assinado um tratado de aliança e comércio a 28 de fevereiro de 1809. Strangford temia ter excedido suas instruções, por fazer um tratado permanente em vez de provisório, mas o momento era, na sua opinião, favorável demais para deixá-lo escapar". ... "As estipulações finais, divididas em três tratados e alguns artigos secretos, foram assinados a 19 de fevereiro de 1810, e ratificados por D. João sete dias depois". In MANCHESTER, Alan K. op.cit., p. 83 e 86.
20. O açúcar ainda era o principal produto de exportação no período da Independência; é uma economia dependente dos centros europeus e das crises do mercado, onde os momentos de expansão servirão apenas para manter a estrutura do subdesenvolvimento; a sua força se sustenta

va mais nos privilégios que lhes eram conferidos do que na riqueza que produzisse.

21. LIMA, Oliveira. D. João VI no Brasil, voll II, Col. Brasileira, 1943, p. 413.
22. "A prorrogação em 1827, por mais quinze anos dos acordos de 1810 com a Inglaterra, abriu o mercado interno com algumas áreas de consumo já ponderáveis, à expressão britânica inutilizando as possibilidades de avanço do artesanato brasileiro"... SODRÉ, W.N. As razões da Independência, Ed. Civ. Brasileira, 1965, p. 206.
23. FURTADO, Celso. Op. cit., p. 116.
24. "Manufatura de algodão 33%, manufatura de lã 6,5%, farinha de trigo 5,9%, bebidas 5,7%, manufaturas de linho 4,2%, manufatura de seda 3,7%, carnes(charque)3,6%, ferragens 3,2%, manteiga 1,9%, bacalhau 1,6%, couros e preparados 1,6%, louças e vidros 1,6%, manufaturas têxteis diversas 1,3%, azeites 1,3%, calçados 1,0%, chapéus 1,0%, carvão de pedra 1,0%, ferro e aço 1,0%, produtos químicos e farmacêuticos 1,0%, sal 1,0%, papéis e aplicações 0,8%, cobre 0,6%, pólvora 0,3%, obras de ouro e prata 0,2%, máquinas e acessórios 0,2%". SODRÉ, N. W. História da Burguesia Brasileira, Ed. Civ. Brasileira, 1967, p. 63.
25. "Em 1831-32 o grosso da receita do Estado tem sua origem no Interior, que é uma legião de taxas e contribuições das mais diferentes natureza cerca de 150 títulos...". NORMANO, J.F. Evolução Econômica do Brasil, Ed. Nacional, SP, p. 130. 1975.
26. "Los préstamos extranjeros se destinan a sustentar la capacidad de importación..." MARINI, Rui Mauro. Dialética de la Dependencia. Ed. ERA 22, p. 17, México, 1973.
"O primeiro empréstimo brasileiro foi assinado em 20 de agosto de 1824 com as firmas londrinas Bazeth Farquhar, Crawford e Co. Fletcher Alexander e Thomas Wilson, na importância de 1 milhão de libras a ser pago no prazo de 30 anos e como garantia as rendas da Alfândega do Impé-

rio. O segundo foi assinado em 12 de janeiro de 1825, contratando com Nathan Rotchild um empréstimo na quantia de 2 milhões de libras". ... "Também pelo primeiro contrato assinado ficou estipulado que os intermediários influiriam junto ao governo e ao nosso Ministério para que os banqueiros fossem encarregados das compras a serem feitas por nosso país, assim como quaisquer outros serviços decorrentes do mesmo empréstimo, recebendo os banqueiros, por esses serviços comissões à parte". LIMA, Heitor Ferreira. Os primeiros empréstimos externos, in Ensaios de Opinião, p. 107.

27. Citado por LIMA, Heitor Ferreira, op. cit., p.109-10.

28. Idem, p. 106.

29. Idem.

30. Terra mais barata que em qualquer colônia inglesa, uma boa parte do suprimento necessário à produção de açúcar não era importado e mão-de-obra escrava.

31. SOUTO MAIOR & FERRAZ BARBOSA. Monopólio e Independência. Revista de História de São Paulo, nº 109, 1977, p. 183.

32. "Era claro, portanto, que a Inglaterra não possuía tanta Independência de ação em relação ao Brasil, quanta desfrutava em relação às repúblicas hispano-americanas!" pp. 171, 173, 174.

33. Caso D. Pedro como Imperador do Brasil perdesse o direito de ser Rei de Portugal, o sucessor do trono português seria D. Miguel, representante dos interesses da França e de Metternich.